

INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NO DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES EXECUTIVAS E DA ATENÇÃO EM UMA CRIANÇA COM TRANSTORNO HIPERCINÉTICO NÃO ESPECIFICADO: UM ESTUDO DE CASO

PSYCHOPEDAGOGICAL INTERVENTION IN THE DEVELOPMENT OF EXECUTIVE FUNCTIONS AND ATTENTION IN A CHILD WITH UNSPECIFIED HYPERKINETIC DISORDER: A CASE STUDY

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.067-021>

Patrícia da Silva Olimpio

Mestrado em Tecnologia Educacional - Universidade Federal do Ceará

E-mail: patriciadsolimpio@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6428125764253494>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1888-7853>

Resumo

O presente estudo analisa as contribuições das intervenções psicopedagógicas para o desenvolvimento das funções executivas, da atenção e da autonomia escolar de uma criança com diagnóstico de Transtorno Hiperkinético Não Especificado (CID-10: F90.9), matriculada na Educação Infantil de uma escola pública do município de Aquiraz, Ceará. Esta pesquisa partiu de uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, desenvolvida por meio de estudo de caso durante o estágio supervisionado em Psicopedagogia. Os dados foram produzidos por meio de observação sistemática, registros em diário de campo, entrevistas com familiares, análise de documentos pedagógicos e realização de dez encontros de intervenção psicopedagógica na Sala de Recursos Multifuncional. As intervenções contemplaram atividades lúdicas, jogos pedagógicos, estratégias de reforço positivo, organização da rotina visual, mediação afetiva e estímulo gradual à autonomia. Os resultados demonstraram avanços na permanência da criança nas atividades escolares, na participação em situações coletivas, na organização das ações, na autoestima e na redução da resistência às tarefas escritas. Embora tenham permanecido dificuldades relacionadas à atenção sustentada e à memória operacional, observou-se que a atuação psicopedagógica, baseada em práticas inclusivas e mediadas, contribuiu significativamente para o fortalecimento das funções executivas e para a ampliação das possibilidades de aprendizagem da criança. Conclui-se que intervenções individualizadas, articuladas entre escola, família e profissionais especializados, constituem estratégias relevantes para favorecer o desenvolvimento integral de crianças com dificuldades atencionais no contexto escolar inclusivo.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Funções executivas; Intervenção psicopedagógica; Psicopedagogia; Transtorno hiperkinético.

Abstract

This study analyzes the contributions of psychopedagogical interventions to the development of executive functions, attention, and school autonomy in a child diagnosed with Unspecified Hyperkinetic Disorder (ICD-10: F90.9), enrolled in early childhood education at a public school in the municipality of Aquiraz, Ceará, Brazil. The research adopted a qualitative, descriptive approach and was conducted as a case study during a supervised internship in Psychopedagogy. Data were collected through systematic observation, field notes, interviews with family members, analysis of pedagogical documents, and the implementation of ten psychopedagogical intervention sessions in a Multifunctional Resource Room. The interventions included play-based activities, educational games, positive reinforcement strategies, visual routine organization, affective mediation, and the gradual promotion of autonomy. The findings revealed improvements in the child's engagement in school activities, participation in group situations, organization of actions, self-esteem, and reduced resistance to written tasks. Although difficulties related to sustained attention and working memory persisted, the results indicate that psychopedagogical practice, grounded in inclusive and mediated approaches, contributed significantly to strengthening executive functions and expanding the child's learning opportunities. It is concluded that individualized interventions, developed through collaboration among the school, family, and specialized professionals, constitute an important strategy for promoting the holistic development of children with attentional difficulties in inclusive educational settings.

Keywords: Educational Psychology; Executive Functions; Hyperkinetic Disorder; Inclusive Education; Psychopedagogical Intervention.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um dos principais desafios das instituições escolares atualmente, principalmente diante da crescente diversidade de estudantes que apresentam necessidades específicas relacionadas ao desenvolvimento cognitivo, comportamental e socioemocional (Brasil, 2008; Brasil, 2018). Nesse contexto, a Psicopedagogia desempenha papel fundamental ao investigar os fatores que interferem no processo de aprendizagem e ao propor estratégias de intervenção capazes de favorecer o desenvolvimento integral do estudante (Bossa, 2011; Fonseca, 1995). O acompanhamento psicopedagógico possibilita compreender a aprendizagem como um fenômeno multidimensional, influenciado por aspectos biológicos, cognitivos, emocionais, familiares e socioculturais.

Entre as condições que podem impactar o desempenho escolar na infância encontra-se o Transtorno Hiperkinético Não Especificado (CID-10: F90.9) (OMS, 1997), caracterizado por manifestações de desatenção, inquietação motora e impulsividade que, embora não preencham todos os critérios diagnósticos

para outras categorias específicas dos transtornos hipercinéticos, repercutem de forma expressiva na adaptação escolar, nas relações sociais e no desenvolvimento das funções executivas (Rohde; Mattos, 2003; Barkley, 2008). Crianças com esse perfil frequentemente apresentam dificuldades relacionadas à manutenção da atenção, planejamento, memória operacional, organização das ações e autorregulação emocional, comprometendo sua participação nas atividades pedagógicas e sua autonomia no ambiente escolar.

As funções executivas (Barkley, 2008), correspondem ao conjunto de habilidades cognitivas responsáveis pelo planejamento, controle inibitório, flexibilidade cognitiva, monitoramento das ações e memória operacional, constituindo elementos essenciais para o sucesso acadêmico e para o desenvolvimento da autonomia infantil (Barkley, 2008). Quando essas habilidades são ineficientes, tornam-se frequentes comportamentos de insegurança, dependência constante do adulto, dificuldade em iniciar ou concluir tarefas e reduzida capacidade de organizar informações e resolver problemas cotidianos. Nesse cenário, intervenções psicopedagógicas fundamentadas em práticas lúdicas, mediação afetiva e organização gradual das experiências escolares podem favorecer o desenvolvimento dessas funções e ampliar as possibilidades de aprendizagem.

O presente estudo foi desenvolvido durante o estágio supervisionado de Pós-Graduação em Psicopedagogia, realizado em uma escola pública municipal de Educação Infantil localizada no município de Aquiraz, Ceará. A investigação concentrou-se no acompanhamento de uma criança matriculada no Infantil Cinco, diagnosticada com Transtorno Hipercinético Não Especificado, que apresentava dificuldades relacionadas à atenção sustentada, memória operacional, insegurança emocional, resistência às atividades escritas e baixa autonomia na rotina escolar. A partir da observação sistemática do cotidiano escolar, da escuta da família e da equipe pedagógica e da realização de intervenções individualizadas, buscou-se compreender como a atuação psicopedagógica poderia contribuir para minimizar tais dificuldades e potencializar o desenvolvimento da criança.

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de ampliar a produção científica (Pimenta; Lima, 2017) acerca das intervenções psicopedagógicas voltadas às funções executivas na Educação Infantil, especialmente em situações envolvendo transtornos hipercinéticos ainda pouco explorados na literatura nacional. Além disso, o estudo evidencia a importância da atuação integrada entre escola, família e profissionais especializados na construção de estratégias pedagógicas inclusivas capazes de favorecer o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar as contribuições das intervenções psicopedagógicas para o desenvolvimento das funções executivas, da atenção e da autonomia escolar de uma criança com Transtorno Hipercinético Não Especificado. Como objetivos específicos, pretende-se identificar as principais dificuldades apresentadas pela criança no contexto escolar; descrever as

intervenções psicopedagógicas desenvolvidas durante o estágio supervisionado; analisar os resultados obtidos após a implementação dessas estratégias; e discutir as contribuições da Psicopedagogia para o fortalecimento da aprendizagem e da inclusão escolar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Psicopedagogia constitui um campo interdisciplinar de conhecimento voltado à compreensão dos processos de aprendizagem humana e dos fatores que podem favorecer ou dificultar sua construção. Ao integrar contribuições da Educação, Psicologia, Neurociências e áreas correlatas, essa área busca compreender o sujeito em sua totalidade, considerando aspectos cognitivos, afetivos, sociais, culturais e biológicos envolvidos no aprender (Bossa, 2011; Fonseca, 1995).

Nessa perspectiva, a aprendizagem não deve ser compreendida apenas como aquisição de conteúdos escolares, mas como um processo dinâmico e contínuo, construído nas interações estabelecidas entre o indivíduo e o meio em que está inserido. Para Bossa (2011), as dificuldades de aprendizagem não podem ser atribuídas exclusivamente às características do estudante, uma vez que decorrem da interação entre diferentes fatores, incluindo as práticas pedagógicas, o contexto familiar, as experiências vivenciadas e as condições socioculturais. Dessa forma, a atuação psicopedagógica busca identificar não apenas as dificuldades apresentadas pelo aprendiz, mas também suas potencialidades, favorecendo intervenções que promovam o desenvolvimento integral.

No contexto escolar, a Psicopedagogia assume funções preventivas e interventivas. Preventivamente, contribui para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas, auxiliando professores na identificação precoce de dificuldades e na elaboração de estratégias compatíveis com as necessidades dos estudantes. No âmbito interventivo, desenvolve ações individualizadas destinadas a minimizar obstáculos à aprendizagem, fortalecer habilidades cognitivas e favorecer o desenvolvimento socioemocional (Bossa, 2011).

Essas atribuições tornam-se especialmente relevantes na perspectiva da educação inclusiva, cuja finalidade não se restringe ao acesso do estudante à escola, mas contempla sua permanência, participação e aprendizagem em igualdade de oportunidades. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelece que os sistemas educacionais devem garantir recursos, serviços e estratégias pedagógicas que assegurem a participação de todos os estudantes, respeitando suas singularidades (Brasil, 2008). Da mesma forma, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca que a educação deve promover o desenvolvimento integral da criança, contemplando dimensões cognitivas, emocionais, sociais e culturais (Brasil, 2018).

No estudo realizado durante o estágio supervisionado, observou-se que a atuação psicopedagógica possibilitou compreender a aprendizagem da criança para além de suas dificuldades atencionais, permitindo

identificar potencialidades frequentemente obscurecidas pelos desafios comportamentais apresentados. Essa compreensão favoreceu o planejamento de intervenções individualizadas, fundamentadas na mediação pedagógica, na ludicidade e no fortalecimento da autonomia, evidenciando a importância da Psicopedagogia como suporte à efetivação de práticas inclusivas.

2.1 TRANSTORNO HIPERCINÉTICO NÃO ESPECIFICADO E SUAS REPERCUSSÕES NA APRENDIZAGEM

Os transtornos hiperkinéticos compreendem um conjunto de condições caracterizadas por alterações persistentes da atenção, da atividade motora e do controle dos impulsos, que repercutem significativamente no funcionamento acadêmico, social e familiar. Segundo a Classificação Estatística Internacional de Doenças – CID-10, o Transtorno Hiperkinético Não Especificado (CID F90.9) corresponde aos casos em que estão presentes manifestações compatíveis com esse grupo de transtornos, embora não sejam preenchidos todos os critérios necessários para classificação em categorias mais específicas (OMS, 1997).

No ambiente escolar, essas manifestações costumam comprometer o processo de aprendizagem em diferentes dimensões. Dificuldades para manter a atenção, seguir instruções, organizar materiais, controlar impulsos e concluir atividades podem interferir diretamente no desempenho acadêmico e nas relações interpessoais. Rohde e Mattos (2003) destacam que crianças com alterações atencionais frequentemente apresentam baixo rendimento escolar não em razão de limitações intelectuais, mas devido às dificuldades de autorregulação e manutenção do foco nas tarefas.

Barkley (2008) amplia essa compreensão ao afirmar que os principais prejuízos associados aos transtornos hiperkinéticos decorrem do comprometimento das funções executivas. Segundo o autor, habilidades como memória operacional, planejamento, controle inibitório, monitoramento das ações e flexibilidade cognitiva são fundamentais para o comportamento orientado por objetivos. Quando essas funções se encontram prejudicadas, tornam-se frequentes dificuldades para organizar informações, controlar impulsos, persistir em atividades e resolver problemas cotidianos.

No contexto da Educação Infantil, essas características podem manifestar-se por meio de comportamentos como inquietação motora, dificuldade para permanecer sentado, necessidade constante de mediação do adulto, esquecimento de instruções recentemente fornecidas e baixa tolerância à frustração. Tais manifestações repercutem não apenas sobre o desempenho acadêmico, mas também sobre a autoestima, as relações sociais e o desenvolvimento da autonomia.

Durante o estágio supervisionado, observou-se que a criança acompanhada apresentava características compatíveis com esse perfil, evidenciando dificuldades relacionadas à atenção sustentada, organização das tarefas, memória operacional e insegurança diante de novas atividades. Entretanto, também foram identificadas potencialidades importantes, especialmente quando as propostas pedagógicas

envolviam recursos lúdicos, mediação afetiva e atividades concretas, demonstrando que intervenções adequadamente planejadas podem favorecer o desenvolvimento das habilidades comprometidas.

2.2 FUNÇÕES EXECUTIVAS E DESENVOLVIMENTO INFANTIL

As funções executivas correspondem ao conjunto de processos cognitivos responsáveis pela organização e regulação do comportamento direcionado a objetivos. Entre seus principais componentes destacam-se a memória operacional, o controle inibitório, a flexibilidade cognitiva, o planejamento, a organização das ações, a resolução de problemas e o monitoramento do próprio desempenho (Barkley, 2008).

Essas habilidades desempenham papel essencial durante a infância, período em que a criança desenvolve gradativamente sua capacidade de controlar impulsos, organizar pensamentos, tomar decisões, resolver problemas e adaptar seu comportamento às diferentes situações vivenciadas. Barkley (2008) ressalta que o desenvolvimento das funções executivas constitui um dos principais fatores associados ao sucesso acadêmico, à autonomia e às competências sociais.

Na Educação Infantil, o fortalecimento dessas funções ocorre principalmente por meio das interações estabelecidas com adultos e pares, das experiências lúdicas e das oportunidades de participação em situações que exigem planejamento, cooperação e resolução de desafios. Sob essa perspectiva, Piaget (2010) destaca que o desenvolvimento cognitivo resulta da interação ativa da criança com o ambiente, sendo o brincar uma importante estratégia para construção de conhecimentos e desenvolvimento das estruturas mentais. De forma complementar, Vygotsky (2007) enfatiza que as funções psicológicas superiores se desenvolvem nas relações sociais mediadas pela linguagem e pela interação com sujeitos mais experientes.

Quando há alterações nas funções executivas, tornam-se frequentes dificuldades relacionadas ao planejamento das ações, organização de materiais, manutenção da atenção, memória operacional e autorregulação emocional. Essas limitações podem comprometer significativamente a aprendizagem escolar, sobretudo em atividades que exigem persistência, sequenciamento de informações e resolução de problemas.

Durante o acompanhamento psicopedagógico realizado neste estudo, observou-se que a criança frequentemente necessitava de auxílio para iniciar tarefas, organizar materiais, recordar orientações e concluir atividades propostas. Também eram recorrentes manifestações de insegurança diante de novos desafios, indicando fragilidades relacionadas tanto às funções executivas quanto aos aspectos emocionais envolvidos na aprendizagem.

Esses achados reforçam a importância de intervenções psicopedagógicas direcionadas ao fortalecimento dessas habilidades desde os primeiros anos da escolarização. Estratégias como divisão das

tarefas em pequenas etapas, utilização de recursos visuais, reforço positivo, organização da rotina e atividades lúdicas favorecem o desenvolvimento da atenção, da memória operacional e do planejamento, contribuindo para maior autonomia e participação da criança no ambiente escolar (Barkley, 2008; Bossa, 2011).

Além disso, o fortalecimento das funções executivas deve ser compreendido como um processo contínuo, que demanda a atuação integrada entre escola, família e profissionais especializados. Quando essas diferentes instâncias atuam de maneira articulada, ampliam-se as possibilidades de desenvolvimento integral da criança e de construção de práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas, favorecendo não apenas a aprendizagem, mas também sua participação social e qualidade de vida.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos descritivos e exploratórios, desenvolvida por meio de um estudo de caso único (YIN, 2015). A opção por essa abordagem fundamenta-se na necessidade de compreender, de forma aprofundada, as especificidades do processo de aprendizagem de uma criança com Transtorno Hiperativo e Défice de Atenção Não Especificado no contexto da Educação Infantil, bem como analisar as contribuições das intervenções psicopedagógicas para o fortalecimento das funções executivas, da atenção e da autonomia escolar.

Segundo Yin (2015), o estudo de caso constitui um delineamento apropriado quando se pretende investigar fenômenos contemporâneos em seu contexto real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não se apresentam claramente definidos. Nesse sentido, essa estratégia metodológica possibilitou compreender as relações entre as características individuais da criança, as práticas pedagógicas desenvolvidas pela escola e os efeitos das intervenções psicopedagógicas implementadas durante o estágio supervisionado.

A pesquisa também possui caráter interventivo, uma vez que não se restringiu à observação da realidade escolar, mas envolveu o planejamento, a execução e a avaliação de ações psicopedagógicas voltadas ao desenvolvimento da criança acompanhada. Essa perspectiva aproxima-se dos pressupostos da pesquisa-intervenção, que compreende o conhecimento científico como resultado da interação entre investigação e transformação da realidade educacional.

3.1 CONTEXTO DA PESQUISA

A investigação foi realizada durante o Estágio Supervisionado do Curso de Especialização em Psicopedagogia, desenvolvido em uma escola pública municipal de Educação Infantil localizada no município de Aquiraz, Ceará.

A instituição atende exclusivamente crianças da Educação Infantil, distribuídas entre os níveis Infantil I e Infantil V. Sua estrutura física compreende salas de aula regulares, Sala de Recursos Multifuncional destinada ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), espaços destinados às atividades recreativas, parques infantis, refeitório, secretaria, sala da direção e sala dos professores, oferecendo condições para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

A escolha da instituição ocorreu em razão da realização do estágio curricular obrigatório e da existência de um contexto favorável ao acompanhamento psicopedagógico da criança participante.

3.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO

O estudo teve como participante uma criança de cinco anos de idade, matriculada na turma do Infantil V do período matutino, identificada neste artigo apenas pelas iniciais Y.O.N., visando preservar sua identidade e garantir o sigilo das informações.

A criança possuía diagnóstico médico de Transtorno Hiperkinético Não Especificado (CID-10 F90.9), apresentando dificuldades relacionadas à atenção sustentada, memória operacional, organização das ações, insegurança emocional e autonomia nas atividades escolares. Essas características repercutiam diretamente em sua participação nas atividades pedagógicas e em seu processo de adaptação ao ambiente escolar.

Além da criança, participaram indiretamente do estudo sua família, especialmente a mãe e a cuidadora, bem como professoras da turma, profissionais do Atendimento Educacional Especializado e membros da equipe gestora da escola, que contribuíram por meio de entrevistas, relatos e acompanhamento das intervenções.

3.3 PROCEDIMENTOS PARA PRODUÇÃO DOS DADOS

A produção dos dados ocorreu em diferentes etapas, permitindo compreender de maneira ampla o contexto escolar e as necessidades apresentadas pela participante.

Inicialmente foram realizadas observações sistemáticas (Lüdke; André, 2018) da rotina escolar, contemplando momentos de entrada na escola, permanência em sala de aula, atividades pedagógicas, recreação, alimentação e interação com colegas e profissionais da instituição. Essas observações foram registradas em diário de campo (Gil, 2019), permitindo identificar padrões comportamentais, dificuldades e potencialidades da criança.

Posteriormente realizou-se entrevista de anamnese com a mãe da criança, objetivando levantar informações sobre o histórico de desenvolvimento, aspectos familiares, condições de saúde e trajetória escolar. Também foram analisados relatórios pedagógicos, registros produzidos pelas professoras e

informações fornecidas pela equipe escolar, possibilitando compreender a manifestação das dificuldades em diferentes contextos.

Com base nas informações obtidas, elaborou-se um plano de intervenção psicopedagógica composto por dez encontros individuais, realizados semanalmente na Sala de Recursos Multifuncional, com duração aproximada de cinquenta minutos cada. O planejamento contemplou objetivos específicos, materiais utilizados, estratégias metodológicas e critérios de avaliação para cada encontro.

3.4 INTERVENÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS

As intervenções foram organizadas de forma progressiva, considerando as necessidades identificadas durante a etapa diagnóstica.

Inicialmente buscou-se estabelecer vínculo afetivo e promover segurança emocional por meio de atividades livres, desenho da família e brincadeiras simbólicas. Nos encontros seguintes foram introduzidas atividades voltadas ao desenvolvimento da atenção, memória operacional, sequência lógica, coordenação motora fina, autonomia e interação social.

Entre os recursos utilizados foram utilizados jogos de memória, quebra-cabeças, pareamento de figuras, atividades de pintura, recorte, colagem, modelagem, reconto de histórias, jogos digitais educativos, organização visual da rotina e atividades cooperativas realizadas com colegas da turma. As estratégias de reforço positivo, mediação afetiva e divisão das tarefas em pequenas etapas estiveram presentes em todas as intervenções, buscando reduzir a ansiedade e ampliar a confiança da criança diante das atividades escolares.

A avaliação ocorreu continuamente ao longo do processo, mediante registros sistemáticos das respostas da criança às atividades propostas, observação das mudanças comportamentais e análise dos relatos apresentados pela família e pelas professoras após a implementação das intervenções.

3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Os dados produzidos durante a pesquisa foram submetidos à análise qualitativa de caráter interpretativo (Lüdke; André, 2018), fundamentada na articulação entre os registros empíricos e o referencial teórico adotado.

Inicialmente procedeu-se à leitura e organização dos registros produzidos durante as observações, entrevistas e intervenções. Em seguida, as informações foram agrupadas em categorias temáticas relacionadas às funções executivas, atenção, autonomia, aspectos emocionais, interação social e aprendizagem.

Posteriormente, essas categorias foram confrontadas com os pressupostos teóricos da Psicopedagogia, da teoria histórico-cultural e dos estudos sobre funções executivas, possibilitando

interpretar as mudanças observadas ao longo das intervenções e compreender suas contribuições para o desenvolvimento da criança.

Essa estratégia permitiu não apenas descrever os avanços identificados, mas também discutir os resultados à luz da literatura científica, fortalecendo a consistência analítica do estudo.

3.6 ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisa observou os princípios éticos aplicáveis aos estudos envolvendo seres humanos. A identidade da criança foi preservada mediante utilização apenas de suas iniciais ao longo do texto, garantindo anonimato e confidencialidade das informações.

A realização do estágio contou com autorização da instituição escolar e com consentimento da responsável legal para acompanhamento e desenvolvimento das intervenções psicopedagógicas, conforme documentação apresentada nos anexos do relatório de estágio.

Além disso, todas as informações produzidas durante a investigação foram utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, respeitando os princípios de confidencialidade, dignidade e proteção dos participantes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados produzidos durante o estágio supervisionado evidenciou que as dificuldades apresentadas pela criança extrapolavam aspectos estritamente cognitivos, envolvendo também componentes emocionais, comportamentais e sociais que influenciavam diretamente seu processo de aprendizagem (Bossa, 2011). Desde as primeiras observações, verificou-se intensa insegurança diante das atividades escolares, dificuldade para permanecer na escola sem a presença de um adulto de referência, resistência às atividades escritas e necessidade constante de validação por parte das professoras. Esses comportamentos eram acompanhados por manifestações de ansiedade, baixa autoconfiança e reduzida autonomia para executar tarefas rotineiras.

As informações obtidas por meio das entrevistas com a família, dos relatos das professoras e dos registros pedagógicos demonstraram que tais dificuldades não estavam restritas ao ambiente escolar. Em casa, a criança também apresentava dependência significativa para iniciar ou concluir tarefas simples, necessitando frequentemente do acompanhamento de um adulto. Essa convergência entre diferentes fontes de informação reforçou a compreensão de que as dificuldades observadas estavam relacionadas não apenas às características do Transtorno Hiperativo Não Especificado, mas também ao desenvolvimento ainda incipiente das funções executivas e da autonomia (Barkley, 2008).

Do ponto de vista neuropsicológico, tais resultados corroboram Barkley (2008), para quem alterações nas funções executivas comprometem significativamente a capacidade de planejamento,

organização, memória operacional, controle inibitório e autorregulação emocional. Esses déficits repercutem diretamente na aprendizagem escolar, especialmente em situações que exigem atenção sustentada, organização sequencial de informações e resolução de problemas.

Entre os aspectos observados, a atenção sustentada destacou-se como um dos maiores desafios enfrentados pela criança. Durante atividades que exigiam concentração prolongada, era frequente a perda do foco, o esquecimento das orientações recém-fornecidas e a interrupção das tarefas antes de sua conclusão. Em contrapartida, quando as propostas envolviam recursos concretos (Piaget, 2010), atividades manipulativas, jogos ou brincadeiras, verificava-se aumento significativo do tempo de permanência na atividade e maior envolvimento com os objetivos pedagógicos.

Esse comportamento reforça a compreensão de Vygotsky (1998) acerca da importância da mediação social para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. A aprendizagem ocorre de maneira mais efetiva quando a criança participa de situações socialmente significativas e recebe apoio compatível com seu nível de desenvolvimento, ampliando gradativamente sua capacidade de agir de forma independente.

Outro resultado relevante refere-se ao papel da mediação afetiva durante as intervenções psicopedagógicas. Desde os primeiros encontros, percebeu-se que o estabelecimento de vínculo de confiança favoreceu significativa redução da ansiedade apresentada pela criança. A utilização de linguagem acolhedora, reforço positivo, incentivo verbal e respeito ao tempo individual contribuiu para que ela passasse a enfrentar desafios anteriormente evitados, sobretudo aqueles relacionados às atividades escritas.

Esse achado evidencia que aspectos emocionais constituem elementos inseparáveis do processo de aprendizagem. Conforme Bossa (2000), aprender envolve muito mais que aquisição de conteúdos; pressupõe condições emocionais que permitam ao sujeito investir cognitivamente nas situações de aprendizagem. Assim, o fortalecimento da autoestima (Bossa, 2011) observado ao longo das intervenções representa um fator tão relevante quanto os avanços propriamente acadêmicos.

Os jogos pedagógicos (Piaget, 2010) mostraram-se recursos particularmente eficazes durante o processo interventivo. Jogos de memória, quebra-cabeças, pareamento de figuras, sequência lógica e brincadeiras simbólicas favoreceram maior concentração, persistência nas tarefas e interação social. Essas atividades estimularam simultaneamente processos cognitivos relacionados à memória operacional, planejamento e resolução de problemas, além de proporcionarem experiências de sucesso capazes de fortalecer a confiança da criança em suas próprias capacidades.

Esses resultados dialogam diretamente com Piaget (1976), que atribui ao brincar papel essencial na construção das estruturas cognitivas durante a infância. Sob essa perspectiva, a ludicidade não constitui apenas momento recreativo, mas estratégia pedagógica capaz de favorecer o desenvolvimento intelectual, emocional e social da criança.

Outro aspecto de grande relevância foi a participação dos colegas nas intervenções. Em determinados encontros foram realizadas atividades em duplas e pequenos grupos, favorecendo cooperação, troca de experiências e fortalecimento dos vínculos sociais. Observou-se que o incentivo proveniente dos próprios colegas produzia efeitos motivacionais expressivos, aumentando o envolvimento da criança nas atividades e reduzindo sua insegurança diante dos desafios propostos.

Sob a ótica histórico-cultural, tais resultados confirmam que a aprendizagem é construída nas relações sociais. A interação entre pares (Vygotsky, 2007) amplia oportunidades de mediação, compartilhamento de estratégias e desenvolvimento das funções psicológicas superiores, favorecendo processos inclusivos mais efetivos.

No que se refere à autonomia (Aguilar; Barguil, 2022), os resultados foram igualmente significativos. Ao longo dos encontros, observou-se progressiva redução da dependência do adulto para iniciar tarefas, organizar materiais e permanecer nas atividades propostas. Embora ainda persistissem momentos de insegurança, a criança passou a demonstrar maior iniciativa para resolver pequenas demandas da rotina escolar, indicando avanços no desenvolvimento das funções executivas relacionadas ao planejamento e ao monitoramento das próprias ações.

Esses resultados corroboram Aguilar e Barguil (2022), que compreendem a autonomia como uma competência construída nas interações sociais e fortalecida por experiências que possibilitam ao sujeito assumir gradativamente maior responsabilidade sobre suas próprias ações.

Outro aspecto relevante refere-se ao impacto das intervenções sobre a adaptação escolar. Segundo relatos das professoras e familiares, após algumas semanas de acompanhamento a criança passou a permanecer na escola com menor sofrimento emocional, reduziu significativamente os episódios de choro na chegada e apresentou maior disposição para participar das atividades desenvolvidas em sala de aula. Além disso, observou-se diminuição da resistência às tarefas escritas e maior participação nas atividades coletivas, indicando melhora tanto no aspecto emocional quanto no acadêmico.

Entretanto, os resultados também evidenciaram que algumas dificuldades permaneceram presentes ao término das intervenções. Aspectos relacionados à atenção sustentada, memória operacional e autorregulação emocional continuaram demandando apoio sistemático da equipe escolar e da família. Tal constatação demonstra que intervenções psicopedagógicas de curta duração produzem avanços importantes, porém não esgotam as necessidades de acompanhamento de crianças com alterações nas funções executivas.

Nesse sentido, os achados deste estudo reforçam que o trabalho psicopedagógico deve ser concebido como parte de uma rede colaborativa envolvendo professores, Atendimento Educacional Especializado, família e demais profissionais da saúde e da educação. A continuidade das estratégias desenvolvidas durante

o estágio tende a potencializar os avanços observados, favorecendo processos cada vez mais consistentes de aprendizagem, autonomia e inclusão escolar.

Em síntese, os resultados indicam que intervenções psicopedagógicas fundamentadas na mediação afetiva, na ludicidade e no fortalecimento gradual das funções executivas constituem estratégias efetivas para favorecer o desenvolvimento integral de crianças com Transtorno Hiperativo e Deficit de Atenção Não Especificado. Embora este estudo tenha contemplado apenas um caso, seus achados oferecem subsídios relevantes para a prática psicopedagógica em contextos de Educação Infantil inclusiva, evidenciando a importância de intervenções individualizadas (Bossa, 2011; Pimenta; Lima, 2017), planejadas e articuladas entre escola, família e profissionais especializados.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, João Serapião de; BARGUIL, Paulo Meireles. **Autonomia na educação infantil: fundamentos e práticas pedagógicas**. Fortaleza: Edições UFC, 2022.
- BARKLEY, Russell A. **Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH): guia completo para pais, professores e profissionais da saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- BOSSA, Nadia Aparecida. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.
- _____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.
- _____. Ministério da Saúde. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10)**. 10. rev. São Paulo: Edusp, 1997.
- FONSECA, Vitor da. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1995.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.
- PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
- ROHDE, Luis Augusto; MATTOS, Paulo (org.). **Princípios e práticas em TDAH**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Pensamento e linguagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.